

RECEITAS Instituições com o spread menor e menos eficientes em despesas e receitas são mais atingidas

Perda com tarifas ameaça os bancos públicos

Banco Central põe em audiência pública resolução sobre fornecimento de cheque a correntistas e aprova mudanças em controle interno

SÃO PAULO

As normas do Banco Central para padronizar a cobrança de tarifas devem ter maior impacto nos bancos públicos. Apesar disso, a política de redução de taxas e *spreads*, praticada desde o final de 2008 por esses bancos, não deve ser afetada.

A avaliação é do professor de finanças da Fipecafi e diretor do Instituto Assaf, Alexandre Assaf. O maior impacto deverá ser nos bancos com menores taxas de juros e também os menos eficientes na relação entre receitas e despesas, condições em que estão as instituições de governo federal", acredita Assaf. Para ele, nas instituições com taxas mais altas, essa regra será mais diluída.

A última normativa do BC, editada na semana passada, veta a cobrança de tarifa de renovação cadastral pelas instituições.

Apesar das medidas, os gran-

des bancos apresentaram ganhos com receitas prestação de serviços em relação ao ano passado. No segundo trimestre de 2009, o Banco do Brasil teve um crescimento de 18% no item, em relação a junho de 2008, a R\$ 3,43 bilhões. Já o Itaú Unibanco, passou de R\$ 2,027 bilhões para R\$ 2,92 bilhões, alta de 44% no período, enquanto o Bradesco teve crescimento de 9%, a R\$ 2,91 bilhões.

Isoladamente, a medida não é vista pelos analistas de mercado como relevante. Em cenário mais amplo, porém, com o BC promovendo ações sistemáticas sobre as tarifas bancárias, desde 2007, as normativas têm efeito maior. "Essa é uma forma de o governo forçar a que o ganho das instituições venha cada vez mais do crédito", diz Assaf. Porém, continua ele, o assunto provoca uma grande incerteza nos bancos.

"Não há um planejamento dos



Banco Central sobre como essas tarifas serão reduzidas. Do mesmo modo que é decidido o corte de determinada cobrança por serviço hoje, poderá vir outra amanhã", diz. Segundo ele, sem saber o que será decidido adiante, os bancos não podem programar reduções de juros. "Um dos componentes do *spread* bancário é a incerteza e, dessa forma, o BC contribuiu para aumentá-la."

Ele lembra ainda que, até 2005, boa parte dos ganhos dos bancos

vinha da tesouraria, e os empréstimos eram inexpressivos nos balanços. "Em 2006, o crédito representava apenas 28% do Produto Interno Bruto (PIB). Quando acabou os ganhos fartos com tesouraria, os bancos passaram a ganhar com tarifas", explica. As tarifas não são fonte de renda, continua: são para cobrir os custos. "O crédito já aumentou, mas ainda é baixo em relação ao mundo. O impacto é relevante enquanto o volume de crédito não for rele-

vante", completa. Segundo dados do BC, o estoque total de crédito do País chegou a 45% do PIB em julho, com um saldo de R\$ 1,311 trilhão.

Para o analista da Ágora Corretora Aloísio Lemos, os cortes de tarifas devem acabar sendo direcionados para os preços praticados pelas instituições de alguma maneira. "Na prática, vemos que os bancos já estão cobrando mais por pacotes de serviços que por tarifas específicas. Também deve influir em taxas de juros." Porém, continua ele, a formação do *spread* sofre influência de outras coisas. "Não há como saber quanto é compensado pelas perdas com tarifas", finaliza.

Banco Central

A autoridade monetária decidiu ontem colocar em audiência pública, por sessenta dias, a minuta de resolução que trata do fornecimento de cheques a correntistas, oposição ao seu pagamento, devolução pela instituição financeira e cadastro nacional de ocorrências com cheques. Comunicado, do BC diz ainda que tam-

bém estará em audiência circular que cria motivos de devolução de cheques.

"A proposta de regulação visa aumentar a segurança da utilização desse instrumento de pagamento. Entre os problemas mais comuns, destacam-se emissão de cheques sem fundos, cancelamentos e sustações fraudulentas feitas por terceiros", diz o BC.

Além disso, a instituição aprovou circular que aperfeiçoa o conteúdo dos relatórios de avaliação de controles internos elaborados pelas auditorias independentes. "Os relatórios passam a ter informações mais detalhadas com relação às atividades da instituição, inclusive no que se refere a atribuições e funções, gerenciamento de riscos, controles implementados, mecanismos de divulgação interna e segurança dos sistemas."

JOSÉ GUERRA

Já publicamos 5.000 reportagens sobre

BANCOS

Para mais informações sobre esse tema, use nosso buscador nos sites:

www.dci.com.br
www.panoramabrasil.com.br